

AC. 20364
EX. 17810

INFORMATIVO DO TJE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Editorial

As comarcas do interior do Estado, estão sendo paulatinamente visitadas pelo Presidente do TJE, Des. Christo Alves Filho, juntamente com sua equipe administrativa, com objetivo de fazer uma radiografia completa da situação administrativa e estrutural dos Fóruns.

Várias Comarcas já foram visitadas, entre outras: Santarém, Obidos, Oriximiná no Baixo Amazonas; Itaituba e Alenquer. Lázaro Mangabeira, Secretário de Administração, considera grave a situação, já que os problemas são inúmeros e não existe disponibilidade de recursos para solucioná-los. Os problemas vão desde infiltrações e rachaduras nos prédios, até a falta de mobiliário e material humano necessário para o funcionamento do Judiciário no interior.

O Presidente do TJE já encaminhou ao Governo do Estado, ofício solicitando a liberação de recursos financeiros para aplicá-los nas Comarcas. O Governo do Estado há quatro meses não repassa a verba do TJE destinada à construção e/ou reformas de prédios do Judiciário.



Desembarque em Monte Alegre da comitiva do TJE por ocasião da visita de trabalho do Pres. Christo Alves e sua equipe administrativa, no dia 11 deste mês.

**Informes do Plenário
e Provimento da
Corregedoria. Pág. 6**

**Juizados de Pequenas
Causas em plena expansão
nos municípios do Estado. Pág. 4**

**Presidente do TJE faz
pronunciamento à
manifestantes em Alenquer. Pág. 3**

PUBLICAÇÕES

Publicações recebidas na Biblioteca "Des. Antônio Koury", em agosto.

LIVROS

01 - BELÉM, leis, decretos, etc. **Lei Orgânica do Município de Belém**, 2. ed. Belém: CEJUP, 1994.

02 - BELÉM, leis, decretos, etc. **Lei Orgânica do Município de Belém e Regimento Interno da Câmara Municipal de Belém**, Belém: CEJUP, 1994.

03 - BELÉM, Prefeitura Municipal. **Gua para utilização públicos municipais**, Belém, 1994.

04 - BENEVIDES, Marjese. **Monarquia, República, Presidencialismo, Parlamentarismo**, 2. ed. Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1994.

05 - BITTAR, Carlos Alberto & BITTAR FILHO, Carlos Alberto. **Tutela dos direitos da personalidade e dos direitos autorais nas atividades empresariais**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

06 - BRASIL. **Leis, decretos, etc. Licitações, concessões e permissões na administração pública**, Brasília: Senado Federal, 1995.

07 - BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Relatório dos trabalhos realizados no exercício de 1992**, Brasília, 1993.

08 - BUSCA e apreensão. Rio de Janeiro: Explanada, ADCOAS, 1995. *Série Jurisprudência*.

09 - CADASTRO de cartórios do Brasil, 5 ed. Brasília: Ministério da Justiça, 1995.

10 - CASTRO, Acyr. **O grão da escrita**. Belém: Falângola, 1984.

11 - O CONSTITUCIONALISMO de D. Pedro I no Brasil e em Portugal, Brasília: Ministério da Justiça, 1994.

12 - CONSTITUIÇÕES da República Federativa do Brasil e do Estado do Pará, Belém: CEJUP, 1991.

13 - FUHRER, Maximilianus Cláudio Américo, MILLARÉ, Eds. **Manual de direito público e privado**, 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

Periodicos

01 - AJURIS, Porto Alegre: Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, v.22, n. 63, 1995.

02 - ARQUIVOS DO MAGISTÉRIO DA JUSTIÇA, Brasília: Ministério da Justiça, a.47, n. 184, jul/dez 1994.

03 - BOLETIM DE DIREITO ADMINISTRATIVO, São Paulo: NDJ, a.11, n. 7, jul. 1995.

04 - BOLETIM DE DIREITO MUNICIPAL, São Paulo: NDJ, a.11, n. 7, jul. 1995.

05 - BOLETIM DE JURISPRUDÊNCIA ADCOAS, Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Esplanada, a.27, n. 18, jun. 1995; a.27, n° 19, jul. 1995; a.27, n. 20, jul. 1995; a.27, n. 21, jul. 1995.

06 - CADERNOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANÇAS PÚBLICAS, São Paulo: Revista dos Tribunais, a.3, n. 10, jan./mar. 1995.

07 - CALENDÁRIO OBJETIVO DE OBRIGAÇÕES E TABELAS PRÁTICAS: IOB, n. 34, 1995.

08 - COLETÂNEA DE LEGISLAÇÃO E JURISPRUDÊNCIA. São Paulo: LEX, a.29, v.167, abr. 1995; a.59, n. 1, jan. 1995; a.59, n. 2, jan. 1995; a.59, n. 3, jan. 1995; a.59, n. 4, fev. 1995; a.59, n. 5, fev. 1995; a.59, n. 6, fev. 1995; a.59, n. 7, mar. 1995; a.59, n. 8, mar. 1995; a.59, n. 9, mar. 1995; a.59, n. 10, abr. 1995; a.59, n. 11, abr. 1995; a.59, n. 12, abr. 1995; a.59, n. 13, maio, 1995; a.59, n. 14, mai. 1995; a.59, n. 15, mai. 1995; a.59, n. 16, mai. 1995; a.59, n. 17, jun. 1995; a.59, n. 18, jun. 1995; a.59, n. 19, jul. 1995; a.59, n. 20, jul. 1995.

09 - EMENTÁRIO DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO, Brasília, v. 1, n. 4, jan./abr. 1995.

10 - EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA, Brasília: T.J.D.F. e TERRITÓRIOS, v. 1, n. 4, 1995.

11 - EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Brasília, a.5, n. 11, jan./abr. 1995. Índice n. 1 dos nºs 1 a 9, set., 1991 a dez. 1992 - a.1 e 2.

12 - ICMS/PI e OUTROS, São Paulo: IOB, a.29, n. 31, ago. 1995; a.29, n. 32, ago. 1995; a.29, n. 33, ago. 1995; a.29, n. 34, ago. 1995; a.29, n. 35, ago. 1995.

13 - IMPOSTO DE RENDA E LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA, São Paulo: IOB, a.29, n. 31, ago. 1995; a.29, n. 32, ago. 1995; a.29, n. 33, ago. 1995; a.29, n. 34, ago. 1995; a.29, n. 35, ago. 1995.

14 - INFORMATIVO DINÂMICO, São Paulo: IOB, a.19, n. 53, jul. 1995; a.19, n. 54, jul. 1995; a.19, n. 55, ago. 1995; a.19, n. 56, ago. 1995; a.19, n. 57, ago. 1995; a.19, n. 58, ago. 1995; a.19, n. 59, ago. 1995; a.19, n. 60, ago. 1995.

15 - JULGADOS DO TRIBUNAL DE ALÇADA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, a.23, n. 92, dez. 1994.

16 - JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS, São Paulo: LEX, q.7, n. 65, jan. 1995; 1.7, n. 66, fev. 1995; a.7, n. 67, mar. 1995; a.7, n° 68, abr. 1995; a.7, n. 69, mai. 1995; a.7, n. 70, jun. 1995; a.7, n. 71, jul. 1995.

INFORMATIVO DO TJE

Circulação mensal dirigida aos integrantes do Poder Judiciário.

Distribuição gratuita.

Tiragem: 2.500 exemplares.

Responsabilidade: Secretaria de Administração do TJE.

Edição e Redação Final:

Glória Lima - RP.954 DRT/Pa.

Colaboradores: Lázaro Mangabeira

da Silva; Carlos Bezerra Lauzid,

Nazareno Costa, Ednair Leão

e Rubens Farias.

Composição e Impressão

Gráfica da Imprensa

Oficial do Estado.

Presidente faz pronunciamento à manifestantes na Comarca de Alenquer

O Presidente do TJE Des. Christo Alves Filho, por ocasião de sua visita na Comarca de Alenquer, no dia 11 deste mês, acompanhado de sua equipe de trabalho, foi surpreendido com uma manifestação de mais de 3 mil pessoas, que protestavam contra a administração do Prefeito, naquele município.

O Prefeito de Alenquer é reu em vários processos que tramitam na Justiça, que vai desde malversação do dinheiro público até estelionato. Há quatro meses os servidores do município não recebem seus salários.

O Chefe do Poder Judiciário, foi até os manifestantes e fez um pronunciamento. Reconhecendo a gravidade da situação o Des. Christo Alves Filho, pediu aos manifestantes para que confiassem na celeridade da Justiça que por certo tomará a decisão justa. Os manifestantes aplaudiram calorosamente o Presidente do TJE.



Des. Christo Alves Filho Pres. do TJE acompanhado do Secretário de Administração Lázaro Mangabeira da Silva tranquiliza manifestantes em Alenquer.

Nova Direção na Escola da Magistratura

A Escola Superior da Magistratura (ESM) está com nova direção. O novo Diretor, Juiz Otávio Marcelino Maciel, tomou posse no dia 11 deste mês, na presença do Diretor Geral Des. Manuel de Christo Alves, Presidente do TJE. A coordenação da ESM está a cargo da Pedagoga Maria do Socorro Carneiro de Lima. A nova Coordenadora tem especialização em Administração e Supervisão Escolar.

A nova direção da Escola, ainda neste mês de setembro estará oferecendo aos interes-

sados um curso de Preparação à Carreira da Magistratura. O curso terá duração de dois meses e custa 100 reais. As vagas, até o fechamento desta edição - 16/09 - oscilam entre 160 a 320 caso a Escola consiga professores suficientes para atender esse número, caso contrário serão reduzidas para 120. Os servidores do TJE, aptos à carreira da Magistratura serão isentos da taxa.

Ainda neste ano a ESM realizará um Simpósio sobre Execução de Penas e Execução de Medidas Sócio-Educativas, destinada a Juizes das Varas

Criminais e da Infância e da Juventude da Capital e Interior. Serão convidados como debatedores do Simpósio os representantes da OAB-Pa; Ministério Público; Defensoria Pública; Conselho Penitenciário; Sistema Penal e FUNCAP.

A nova direção da ESM oferecerá cursos de aperfeiçoamento e reciclagem para os servidores do TJE. Os dirigentes da Escola inicialmente farão um levantamento das necessidades funcionais dos servidores em cada Unidade Organizacional, para então promover os referidos cursos.

MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS APLICADAS AOS ADOLESCENTES INFRATORES EM BELÉM É VISTA COMO REFERENCIAL PELA UNICEF,

A prestação de serviço à comunidade e a liberdade assistida que vem sendo aplicados a adolescentes autores de atos infracionais pela 24ª Vara da Infância e da Juventude de Belém, foi indicado pela UNICEF, como referência a magistrados, promotores, dirigente de órgão público, bem como líderes de entidades não governamentais que atuam nessa área.

Recentemente Paulo Frota e Silva, titular da 24ª Vara que trata especificamente dos casos de adolescentes infratores, recebeu dois estagiários especiais: um, o Juiz da Infância e da Juventude de Mossoro-RN e uma Técnica Social de Fortaleza-Ce. Os dois profissionais aqui chegaram por indicação da UNICEF. Esta entidade, em seus fóruns e eventos vem divulgando o trabalho que o Juiz Paulo Frota e Silva, vem desenvolvendo no Juizado. Essa informação foi prestada oficialmente ao Juiz, pela própria entidade que esteve reunida recentemente na cidade de Salvador-Ba., quando discutiam sobre o Direito da Criança e do Adolescente.

JPCs São Instalados nos Municípios do Estado

Santarém já conta agora com dois Juizados de Pequenas Causas (JPCs). Foram instalados em Sessões Solenes, nos dias 28 e 29 do mês passado, dois JPCs. Um na Universidade de Tapajós (FIT) e outro na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Participaram das solenidades de instalação dos dois JPCs as Desembargadoras Nazaré Brabo de Souza e Albanira Bemerguy; os Desembargadores Manoel de Cristo Alves, Presidente do TJE e Humberto de Castro; O Coordenador Geral dos JPCs, Juiz Paulo Frota e Silva e os Juizes da Comarca. Paulo Frota, na oportunidade proferiu conferências sobre o tema "Acesso à Justiça".

Na Comarca de São Miguel do Guamá será instalado um JPC, no dia 28 deste mês. O próximo município a ter um JPC é São João do Araguaia e atenderá os novos municípios, que são: São João do Araguaia, Brejo Grande, Palestina do Pará, Bom Jesus do Tocantins e Abel Figueiredo.

O Presidente do TJE, Des. Christo Alves vem recebendo vários pedidos de instalação do JPCs, vindos de todo o interior do Estado.

CURTINHAS

1 - **Telejulgatório I:** A pedido do Presidente da Associação dos Magistrados do Pará, Dr. Otávio Maciel, O Telejulgatório, integrante do Banco de Dados do TJE, preparou um boletim que subsidiou o Congresso Nacional da Magistratura, realizado no período de 20 a 23 deste mês, em Fortaleza-Ce. Foram feitos levantamentos diversos, inclusive o de resíduos processuais de 1º e 2º graus, desde 1990 até o ano de 1994, sendo feito um diagnóstico abrangente sobre a tramitação processual no Estado do Pará.

2 - **Telejulgatório II:** - O Telejulgatório vem recebendo em média 220 ligações mensais sobre os mais diversos assuntos relacionados ao Poder Judiciário, principalmente no que concerne as Comarcas do Interior tais como: endereços, juizes em exercício, formas de acessões, Diretores de Fórum, etc... e tramitação processual no Estado do Pará.

3 - **Exposição:** - A exposição "Nos Rastros da Justiça: A escravidão humana na Belém do Século XIX", promovida pelo Departamento de Documentação e Informação (DDI) foi visitada por mais de 160 pessoas. Segundo a Bibliotecária Wilma Reis, Diretora do DDI a exposição foi um sucesso. De 11 a 13 de agosto, período de sua realização, foi visitada por autoridades, integrantes do Judiciário e o público em geral. As funcionárias do DDI receberam muitos elogios dos visitantes.

4 - **Segurança:** - O Juizado da Infância e da Juventude já dispõe de um plantão 24 horas do serviço de Segurança e Vigilância do TJE. O plantão é feito pela guarda judiciária em três turnos. São dois guardas por turno. No Palácio da Justiça o plantão também é de 24 horas, distribuído por três turnos, sendo que pela manhã no primeiro turno, durante os dias úteis, trabalham 18 guardas, Nos turnos seguintes seis guardas fazem a segurança do TJE.

Adalberto Chaves de Carvalho

O desembargador Adalberto Chaves de Carvalho, começou sua carreira na magistratura quando estava concluindo o curso de direito, pela antiga Faculdade de Direito — hoje funciona no local a Sede da OAB-Pa., como Pretor do Termo Judiciário, atualmente Comarca de Maracanã.

“Passei apenas quatro anos como desembargador e pedi logo minha aposentadoria”

Conta o Des. Adalberto que a pretoria foi oferecida aos concluintes do curso de Direito, pelo Daniel Coelho de Souza, Professor de Introdução à Ciência do Direito. A vida no interior era bastante difícil e o acesso bem mais. Poucos aceitavam trabalhar nessas condições.

Na Pretoria, o Des. Adalberto saiu do conhecimento teórico da faculdade, para aprender de fato a prática jurídica. Permaneceu dois anos na referida Pretoria. Em 1955 prestou exames para o cargo de juiz, sendo aprovado e em



seguida nomeado Juiz Titular da Comarca de Viseu. Ficou em Viseu apenas seis meses quando foi transferido para a Comarca de Altamira, em seguida Óbidos e Vigia.

Promovido para a capital em 1966, na vaga deixada com o falecimento do Juiz Xerfam, ficou até 1966 como titular da 1ª Vara Criminal. Foi escolhido Desembargador e após quatro anos no desembargo pediu sua aposentadoria por

tempo de serviço público do Estado.

Atualmente o Des. Adalberto vive cercado do carinho de Dona Noêmia Bentes Pinheiro de Carvalho, sua companheira de mais de 50 anos de casamento e três filhos já adultos e formados. Mas até

“O Coronel Alacid Nunes participou da comemoração da minha posse no cargo de desembargador, em minha residência.

hoje o desembargador advoga e orienta um pouco o trabalho de um dos filhos, que é assessor jurídico do Dpto. de Recursos Humanos do TJE. Perguntado sobre que mensagem que gostaria de deixar aos demais integrantes do Judiciário, ele respondeu: “A melhor mensagem que posso deixar a todos os integrantes do Tribunal é, para que vivam honestamente e se satisfaçam com o que ganham, distribuindo a Justiça a todos indistintamente.



Da esq. p/ a dir. O Des. Adalberto; Coronel Alacid Nunes; D. Noêmia esposa do Des. e o sogro Durval Pinheiro.

INFORMES DO PLENÁRIO

QUESTÃO DE ORDEM

O Tribunal de Justiça, em sessão ordinária, após calorosa discussão decidiu permitir, apesar de disposição regimental contrária, que haja a sustentação oral, por parte dos advogados, em Embargos de Declaração, desde que versem sobre casos polêmicos.

ORÇAMENTO

Cumprindo determinação legal, o Tribunal de Justiça encaminhou a proposta orçamentária para o ano de 1996, elaborada pela Secretaria de Planejamento e Coordenação, O Des. Manoel de Christo Alves Filho, Presidente do TJE ressaltou que após uma luta "insana" foram afinal, restabelecidos os percentuais devidos, que vinham sendo repassados durante os anos anteriores. Entretanto disse o Presidente, que o Executivo em Maio a Agosto do corrente não vinha efetuando o repasse na forma da L.D.O., mas que tal fato já

foi questionado e solucionado, comprometendo-se o Executivo de pagar a diferença devida, em duas parcelas.

ALTERAÇÃO NO REGIMENTO

O Pleno do Tribunal de Justiça do Estado aprovou o projeto do Des. Wilson de Jesus Marques da Silva que modifica a composição dos Órgão fracionários da Justiça. De posse de Informações do Banco de Dados deste Poder, sobre a tramitação processual, cível e penal lidas pelo Presidente, em Sessão que serviram de parâmetro para a decisão O Tribunal Pleno decidiu criar mais; uma Câmara Criminal Isolada, a ser composta por três dos seis novos Desembargadores, e os demais deverão ser distribuídos entre as Câmaras Cíveis Isoladas, que passarão a funcionar com quatro desembargadores.

COMPETÊNCIA

O Pleno do Tribunal, em sessão

próxima, deverá apreciar a proposição do Des. Nelson Silvestre Rodrigues Amorim, com relação a criação do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Se aprovada criação do Órgão Especial este teria competências que hoje são exclusivas do Tribunal Pleno. Assim, o Tribunal de Justiça se aprovar o referido projeto, deverá de pronto definir sobre a competência do Tribunal Pleno, bem como do Órgão Especial em questão.

QUINTO CONSTITUCIONAL

O Tribunal de Justiça, em votação secreta, definiu a sexta vaga criada para o cargo de desembargador. As demais vagas já estão preenchidas por membros da Magistratura Paraense. Brevemente, todos os seis novos desembargadores passarão a integrar a Alta Corte de Justiça do Pará. O Ministério Público, ganhou a vaga com nove votos contra seis da O.A.B.

Provimento da Corregedoria

PROVIMENTO

Nº 003/95

A Desembargadora IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO, Corregedora Geral da Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando as denúncias formuladas neste Órgão Correicional por Autoridades da área de Segurança Pública, referentes às fraudes que vêm ocorrendo em expedições de Certidões de Registros Civil de Nascimento, Casamento e Óbitos;

Considerando que os formulários para expedição das Certidões dos referidos Registros, podem ser adquiridos por qualquer pessoa, em diversas li-

varias de nossa Cidade;

Considerando a necessidade de serem tomadas medidas que venham evitar a ocorrência dessas fraudes, em função da facilidade de obtenção dos formulários acima mencionados,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que nos formulários para expedição de Certidões, referentes aos Registros Civil de Nascimento, Casamento e Óbitos, conste impresso, graficamente, o nome e CIC, do Titular Oficial, bem como dos respectivos substitutos legais, e ainda, a identificação do Cartório, relativamente a sua Comarca e Distrito.

Art. 2º - Que nas referi-

das Certidões, sejam assentados o carimbo do cartório devidamente rubricado pelo Titular do Ofício ou por quem de direito.

Art. 3º - Visando serem adotadas pelos referidos Cartórios, as medidas necessárias para o cumprimento do presente, este Provimento entrará em vigor após trinta (30) dias da data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Belém, 05 de maio de 1995

Desa. IZABEL VIDAL DE NEGREIROS LEÃO
Corregedora Geral da
Justiça do Estado do Pará

PECÚLIO JUDICIÁRIO

Em virtude dos falecimentos dos ex-servidores, já aposentados, Aluizio Arroxe-la, Herbal Sarmanho e João Damasceno Monteiro Júnior, serão pagos a partir deste mês e nos dois meses subsequentes o Pecúlio Judiciário aos beneficiários desses servidores.

Criado em 1970 na Presidência do Des. Agnano Lopes, através de Resolução do Tribunal Pleno, o Pecúlio Judiciário é um seguro de vida dos servidores e magistrados do TJE. O montante que cada beneficiário recebe, corresponde ao desconto no vencimento de um dia de trabalho de cada servidor. É pago apenas um pecúlio a cada mês.

AVISO

Ivete Pantoja, Chefe da Tesouraria - setor onde são encaminhados os pedidos de pagamento de pecúlio - solicita a todos os funcionários da capital e do interior, a devolução dos formulários de declaração de seus beneficiários, distribuídos em junho deste ano. A atualização da declaração de beneficiário do Pecúlio Judiciário será feita anualmente, para facilitar os trâmites burocráticos dos pedidos.

SERVIÇO MÉDICO DO TJE

Os servidores do Tribunal de Justiça não precisam mais enfrentar as intermináveis filas dos postos de atendimento do IPASEP, quando necessitarem de atendimento hospitalar e de laboratório de análises clínicas, podem procurar inicialmente o Serviço Médico do TJE. Os médicos do TJE estão autorizados junto ao Instituto, a encaminhar os servidores e magistrados para exames e orientar no atendimento hospi-

talar, dos Laboratórios e Hospitais Convencionados.

Magistrados e demais funcionários da capital e do interior quando necessitarem dos referidos serviços, devem antes de tudo procurar o Serviço do TJE, que dará o encaminhamento que o caso requerer. O Serviço Médico do TJE funciona no horário de 8:00 até às 18:00 horas, sem interrupção, no 2º andar do Anexo I do Palácio da Justiça.

Aniversariantes de Outubro

Os dirigentes do Trib. de Justiça parabenizam os aniversariantes de outubro. São estes:

01 - Alexandre Orleans da Silva Gomes, Aline Lúcia Leão Lobato, Felipe Amaral dos Santos, José Jorge da Silva Teixeira, Maria de Nazaré da Gama Melém, Terezinha Silva do Nascimento.

02 - Francisco de Oliveira Neto, José de Nazaré Francês Pantoja, Paulo Henrique Maia Monteiro, Juiz Paulo Roberto Vale Pereira Carneiro, Radir Martins Cunha, Rosalina Lima Lopes, Ubiratam Nazaré da Silva Lima.

03 - Emílio de Quadros Peinado, Francisco Cosmo Campos de Souza, Manoel Messias de Carvalho, Des. Maria de Nazareth Brabo de Souza, Miray Condé, Terezinha de Jesus Monteiro Lobato, Des. Wilson de Jesus Marques da Silva.

04 - Agenor Ferreira de Vilhena, Cristina Castro Conte, Eliene Ney de Lima Magalhães, Francisca Maria Andrade Lobo, Francisco Chagas Oliveira, Maria Francisca Ribeiro Favoreto, Mário Henrique dos Santos Castro.

05 - Amílcar Câmara Leão Filho, Angelina Rosa Calado Lopes, Edna Monteiro Fraias, Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa, Elzenes Rocha dos Santos, Rosa Maria Ciríaco do Carmo, Sandra Sueli Prazeres de Campos, Silvio José Printes Gomes.

06 - Bruno Galvão dos Santos, Carlos Haroldo Farias de Souza, Davina dos Santos Castro, Genádio Miguel Bezerra de Carvalho, José Artur Rosa Pereira, Pretora Maria da P. de O. Abdulmassil.

07 - Mário Henrique Tuji Fontenelle, Nelson Elias de Lima Bittencourt, Regina Coeli Nunes Tavares, Sandra de Nazaré Carvalho Reimão.

08 - Altino Flávio Alves Leal, Juíza Ana de Nazaré Ramos, Antonio Osmar Batista de Almeida, Dayvy Praciano Pereira, Fernando Antonio Ferreira de Souza, Gisele Coutinho Bezerra, José Clara dos Santos, Márcia Cristina Lobo dos Santos, Maria de Fátima Pinto Sotero, Maria de Nazaré Carvalho Franco, Nazaré do Socorro Conte Ferreira.

09 - Jamisson Correa de Souza, Mario Santos, Nazaré Cristina da S. Santilago, Silvia Maria B...

10 - Arthur Bernardes Costa Azevedo Neto, Fernando Sérgio Pantoja Paixão, Iaceli Lago da Silva Guimaraes, José Alirio da Costa Tavares, Marli Silva de Souza, Severino Torres Leite, Socorro de Nazaré dos Santos Reis, Terezinha de Nazaré C. da Costa.

11 - Círia Nazaré do Socorro B. dos Santos, Dilton José Dias Flexa, Eduardo Alexandre da Silva Malcher, Juiz Jorge Luis Lisboa Sanchez, Manoel Cláudio Lobo de Menezes, Mario José Matos Tavares.

12 - Adomias Firmino de Souza, Antonio Carlos Mourão Ramalho, Claudemir Diger Tabosa, Emília Nazaré Parente e S. de Medeiros, Lourdes Nazaré Fidalgo Coelho, Juíza Luana de Nazareth H. Santalices Brito, Maria Brandão Chaves.

13 - Marcelo Fábio Belém Pereira, Maria do Socorro Rufino Guedes, Goussange do Amaral Reis, Teresa de Oliveira Costa.

14 - Benedito Nazareno P. da Costa, Ivanildo Cardoso Quaresma, Maria Gaudência Souza Nunes, Maria Madalena Rodrigues Lopes, Maria Rosa Souza Araújo, Mário Sérgio Albuquerque Bastos, Miguel Teles da Conceição Paulo, Ney Dias da Silva, Rosanna Ferraz Godinho.

15 - Des. Adalberto Chaves de Carvalho, Benedita Tereza de Jesus Vale Sato, Maria de Nazareth S. P. Andrade, Patrícia do Socorro Campos Casseb, Socorro de Nazaré da R. Ribeiro, Tereza de Jesus Carvalho da Silva, Valber José Alves Ferreira.

16 - Maria Dulce do Vale Campos Sebastião Finelon Pereira.

17 - Carla Christine Parauense de Souza, Francisco de Lima Monteiro, Márcio Roberto Macedo Cardoso, Marlene dos Santos de Oliveira, Mário Antonio Tuji Fontenelle, Matuzalen Carneiro Bernardo, Raimundo Geraldo P. de Souza, Rosane Maria Cordeiro Gaby, Salvelina de Jesus Oliveira, Simão de Itay Galdenso dos Santos.

18 - Elzio Dias da Costa, Juiz Auditor José Roberto P. Maia B. Junior, Luis Wandertey Farias Nunes, Paulo Sérgio dos Santos Costa.

19 - Francisco de Assis S. Fonseca

do Moreira, Sérgio Benedito Dias Nery, Sheila Nazaré L. H. Santalices.

20 - Angelina Leal Keuffer, Antonio dos Santos Batista, Pedro Everaldo G. de Souza, Vicente Célio da Silva Pimentel.

21 - Arnaldo Bruno Araújo Monteiro, José Arimatéia Alves de Oliveira, Maria das Graças dos S. Almeida, Newton dos Santos Costa.

22 - Gilson Duarte Gama, Maria Antonia Pinto Cuns.

23 - Juíza Carmem Lucia F. Monteiro Faria, Edson Gomes e Silva, Fran. Ludvíco da Costa, Maria do Carmo Brito Gomes, Maria Juliana da Silva Medina, Maria Lucia Monteiro Silva, Raimundo Farias de Jesus, Raimundo Nazareno Santos de Almeida, Rubinelson Dias de Oliveira.

24 - Juiz Antonio Raphael de Otivo Brandão, Juíza Edna Anjos Nunes, João de Oliveira Pantoja.

25 - Márcio Lanhellas Sialrim

26 - Eduardo Augusto dos Anjos, Maria do Socorro Lima, Marilinda de Oliveira Carvalho.

27 - Artur Eustáquio Marinho, Carlos Augusto de Oliveira Vieira, Pretora Ignácia Nazaré Salgado Frias, Luis Carlos Abdon Seerri, Raimundo da Costa Meireles, Sérgio José da Costa Coutinho, Waldir de Azevedo Bentes.

28 - Canrobert Cassiano Figueiredo, Maria das Graças dos S. Almeida, Maria Feliaberta Ferreira Contento.

29 - Dulce Neide Carneiro Valinho, Glauceca Helena Silva, José Cosmo de Souza, Selma do Socorro Pedrosa Paizão.

30 - Maria de Nazaré Rodrigues Carneiro.

31 - Amiraldo Barbosa Pereira, Heiter de Souza Dias, Manoel Pereira Pinto, Juíza Maria Filomena Buarque Camacho, Maria Genilda Ferreira Pimentel, Orlando Ferreira da Silva, Sueli Cristina Caminha Y. Rodri-

N.Cham. 341.3

Título: Informativo TJPA.

“É pre



17810
20364

OUTUBRO

isileiro

e do Adolescente /